

APRESENTAÇÃO

Os editores da Revista **LexCult** apresentam a 4ª Edição do periódico, na certeza de que ele tem se inserido no universo dos estudos acadêmicos e científicos da área do Direito e de outras ciências que dialogam com tal área. Este é terceiro número lançado em 2018, de modo que a periodicidade prevista está sendo cumprida, desde o lançamento da revista no final de 2017. Agradecemos aos autores que têm submetido os seus artigos, que são fundamentais para a existência da revista.

O artigo que abre esta edição, **Juspositivismo em Bentham, Austin, Kelsen, Ross e Hart**, pontua que embora se possa afirmar que grande parte das históricas controvérsias associadas ao confronto entre o Direito Positivo e o Direito Natural já tenham sido superadas, o passar dos séculos demonstra justamente o contrário, posto não ter conseguido eliminar a estima dos pensadores pela temática. O artigo discorre sobre as contribuições teóricas formuladas por Bentham, Austin, Kelsen, Ross e Hart acerca do tema.

No artigo **Como entender Heidegger? Os teoremas da diferença ontológica e do círculo hermenêutico**, o autor argumenta que a hermenêutica filosófica em Heidegger assume um viés transformador, quando se compreende os teoremas da diferença ontológica e do círculo hermenêutico, a partir do ser-no-mundo. É neste sentido que, em face da flagrante inefetividade da hermenêutica clássica, originariamente metodológica, torna-se necessária a construção de uma resistência teórica que aponte para a construção das condições de possibilidade da compreensão de sentido, como modo de ser-no-mundo.

O artigo **O perfil do estado-juiz e a subsunção** discute a função jurisdicional do Estado exercida por meio dos magistrados, aos quais a Constituição da República reconhece particulares garantias para assegurar a *independência* e a *imparcialidade*. A função jurisdicional constitui objeto

formal do estudo de um ramo do Direito chamado Teoria Geral do Processo. O objetivo deste artigo é analisar a função Judicial e a técnica da subsunção de julgamentos no Poder Judiciário brasileiro.

A assistência e o estado de bem-estar social no Brasil discute as políticas de assistência, enquanto políticas sociais associadas ao desenvolvimento. Pontua a importância da Constituição de 1988 para as políticas de Assistência, que introduziu uma reforma no sistema de seguridade social, caracterizado, sobretudo, pela descentralização político-administrativa das políticas públicas. E argumenta que os maiores problemas relacionados à ineficiência das políticas de assistência no Brasil estão relacionados a dificuldades nos processos de descentralização da assistência e participação da sociedade civil nas decisões.

Políticas públicas e tutela coletiva: o caso de falta de vagas em creches e pré-escolas no Município do Rio de Janeiro analisa o problema de falta de vagas em creches e pré-escolas no município do Rio de Janeiro/RJ, com enfoque no fenômeno da judicialização de políticas públicas no estado brasileiro. Afirma que o controle judicial de políticas públicas tem sofrido severas críticas como afrontar aos princípios constitucionais da separação, atacar a autonomia e independência dos poderes, bem como aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Meio ambiente e danos ambientais: análise dos métodos de solução de conflitos e tributação tem como objetivo demonstrar a possibilidade da utilização dos métodos consensuais de solução de conflitos, arbitragem, mediação e conciliação na esfera administrativa e judicial ambiental empresarial, apesar do meio ambiente ser considerado como direito indisponível. Pontua a importância da Tributação ambiental e a possibilidade de aplicação da Resolução 125 do CNJ e do novo CPC na esfera ambiental.

População carcerária: uma análise do relatório final do mutirão carcerário realizado pelo Conselho Nacional de justiça no biênio 2010/2011 tem como propósito abordar pontos relevantes relacionados à

população carcerária, utilizando dados do relatório final do Mutirão Carcerário, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2010/2011. Buscou-se refletir sobre o sistema prisional brasileiro, especialmente no que tange à superlotação e às rebeliões para em seguida abordar o Mutirão Carcerário, instituído pela Lei nº 12.106/2009.

Direitos humanos e meio ambiente do trabalho da mulher: reflexões acerca do princípio da igualdade traz uma análise da problemática da desigualdade em razão do gênero sob o enfoque da divisão sexual do trabalho. Analisa a relação de trabalho e outras formas de reprodução social que perpetuam as relações de gênero, e explicita a extensão da segregação ocupacional e da segregação das tarefas no processo do trabalho, como a divisão e precariedade do trabalho feminino.

Reflexões sobre direitos humanos e o multiculturalismo no Brasil é um estudo que analisa como são aplicados os direitos humanos no Brasil a partir do conceito de multiculturalismo como parte de uma sociedade globalizada, permeada por violações, sempre buscando mesclar manifestações culturais e movimentos sociais ao direito humano interno.

O direito ao meio ambiente do trabalho equilibrado e sem discriminação: um direito fundamental na Constituição Brasileira de 1988 parte do princípio de que o meio ambiente delineado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 engloba inclusive a seara laboral. Afirma que a observância às normas de saúde, segurança e higiene são essenciais no ambiente de trabalho, e, também o clima organizacional e a não-discriminação, para propiciar dignidade humana e valorização do trabalhador.

Da luta por direitos ao empoderamento feminino: os entraves para o combate à desigualdade de gênero no Brasil tem como objetivo discutir acerca dos direitos das mulheres e empoderamento feminino, e refletir sobre os entraves para o combate à desigualdade de gênero na sociedade brasileira, sem perder de vista as conquistas de direitos por parte das mulheres.

Letramentos digitais: reflexões acerca dos processos de ensino-aprendizagem debate os letramentos digitais para os processos de ensino e aprendizagem, partindo do conceito de letramento de Magda Soares e de profanação de Giorgio Agamben. Argumenta que na era da internet, o professor precisa fazer de sua sala de aula um espaço de construções coletivas, de aprendizagens compartilhadas, tendo as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como pedras angulares desse processo.

O diálogo entre o acesso à justiça e o CAPS III é um artigo escrito a partir de pesquisa com famílias do CAPS III, que tiveram o benefício de prestação continuada (BPC) cancelados e/ou aqueles realizaram a solicitação do benefício e esta solicitação, por algum motivo, foi indeferida. Dos 15 familiares que a DPU entrou com ação judicial, 10 delas conseguiram a revisão dos benefícios, 3 tiveram o benefício negado e apenas 2 famílias tiveram o processo arquivado pelo juizado local. Com a inclusão da orientação jurídica oferecida aos usuários e seus respectivos familiares, observou-se novas possibilidades de intervenção transformando olhares e melhorando a vida das pessoas.

Escola sem partido e a visão distorcida de educação argumenta que o programa Escola Sem Partido (ESP) trabalha com um projeto distorcido de educação. O ESP trata de valores como moral, ética, laicidade e liberdade no âmbito da pluralidade, quando, na verdade, supõe a supressão da pluralidade em favor de um ensino que se pretende estéril e unidimensional, estimulando o denunciamento, o controle e o cultivo a valores nocivos pedagogicamente.

Desejamos aos leitores e autores desta edição uma boa leitura. Para publicar na LexCult consulte as normas da revista.

Os Editores